

ARTIGO

TRANSPARÊNCIAS E A ÁREA DA COMUNICAÇÃO

LA TRANSPARENCIA Y EL ÁMBITO DE LA COMUNICACIÓN

TRANSPARENCY AND THE AREA OF COMMUNICATION

Giovanna Schuvartz Rocha¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo contextualizar supostos motivos do porquê ocorre a ausência da representatividade de pessoas transexuais na área da Comunicação e como a disparidade entre essa minoria e o restante da sociedade que a exclui pode ser reduzida, a fim de diminuir o preconceito sofrido por esses indivíduos. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, e a questão a ser respondida no decorrer do texto é “O que leva à ausência de representatividade de pessoas trans na área da Comunicação?”, sendo que a hipótese levantada, consiste na intolerância, tanto dentro quanto fora de seu ambiente familiar, as altas taxas de abandono escolar e a falta de suporte em diversos aspectos da vida, causando exclusão e preconceito, que aumentam ainda mais as taxas de discriminação.

Palavras-chave: Transexualidade; Inclusão; Comunicação; LGBTQIA+; Representatividade.

ABSTRACT

The present work aims to contextualize supposed reasons why there is a lack of representation of transgender people in the area of Communication and how the disparity between this minority and the rest of society that excludes it can be reduced, in order to reduce the prejudice suffered by these individuals. The methodology used is bibliographical research, and the question to be answered throughout the text is “What

¹ Jornalismo no Centro Universitário Fluminense – UNIFLU. Email: giovannaschuvartzrocha@gmail.com

leads to the lack of representativeness of trans people in the field of Communication? ”, and the hypothesis raised consists of intolerance, both inside and outside their family environment, the high rates of school dropout and the lack of support in various aspects of life, causing exclusion and prejudice, which further increase the rates of discrimination.

Keywords: Transsexuality; Inclusion; Communication; LGBTQIA+; Representativeness.

RESUMEN

El presente trabajo pretende contextualizar supuestos motivos por los que existe una falta de representación de las personas transgénero en el área de la Comunicación y cómo se puede reducir la disparidad entre esta minoría y el resto de la sociedad que las excluye, con el fin de reducir el prejuicio que sufren estos individuos. La metodología utilizada es la investigación bibliográfica, y la pregunta a responder a lo largo del texto es “¿A qué se debe la falta de representación de las personas trans en el área de la Comunicación? ”, y la hipótesis planteada, consiste en intolerancia, tanto dentro como fuera de su entorno familiar, altos índices de deserción escolar y falta de apoyo en diferentes aspectos de la vida, provocando exclusión y prejuicios, que aumentan aún más los índices de discriminación.

Palabras clave: Transexualidad; Inclusión; Comunicación; LGBTQIA+; Representatividad.

1. INTRODUÇÃO

Ao se analisar a sociedade brasileira nos últimos anos, é possível afirmar que têm ocorrido diversas manifestações a favor de uma inclusão cada vez maior da sociedade LGBTQIA+, porém, é visível que nem todas as orientações da comunidade possuem a mesma visibilidade, sendo uma das mais afetadas, a transexualidade.

Enquanto o termo “cisgênero” se adequa a uma pessoa que se identifique com o gênero designado em seu nascimento, ou seja, equivalente a seu “sexo biológico”, uma pessoa transexual é um sujeito que não se sinta representado pelo termo que a sociedade o assinalou.

Ao passo que pessoas homossexuais e bissexuais receberam diversas formas de inclusão com o passar dos anos, indivíduos trans ainda vivem à margem da sociedade,

passando ainda por muito preconceito e invisibilidade, principalmente ao se referir à área da Comunicação.

Esse trabalho, que utilizará como metodologia a pesquisa bibliográfica, tem, então, como objetivo, abordar os motivos pelos quais essa minoria sofre um apagamento tão marcante ao se comparar com as outras identidades da comunidade LGBTQIA+.

A questão-problema que originou o seguinte texto busca entender o que ocasiona a ausência de representatividade de pessoas transexuais na área da Comunicação, sendo seu intuito principal esclarecer o motivo dessa exclusão e como seria possível diminuir essa disparidade na sociedade atual.

A hipótese criada baseia-se na intolerância, tanto dentro quanto fora de seu ambiente familiar, as altas taxas de abandono escolar e a falta de suporte em diversos aspectos da vida, causando exclusão e preconceito, que aumentam ainda mais as taxas de discriminação.

2. HISTÓRIA DA TRANSEXUALIDADE

As pessoas transexuais sempre existiram, porém, o termo “transexualidade” só surgiu em meados do século XX, tendo sido dito pela primeira vez pelo doutor D. O. Caudwell em um artigo publicado na revista *Sexology* de Gernsback (1949), posteriormente banida pelo inspetor postal dos EUA por ser “sexualmente explícita”. Mas, apesar do termo só ter sido criado recentemente, existem registros datados de séculos anteriores, remontando desde a mitologia grega, como se pode comprovar ao ler o trabalho de MOREIRA e MARCOS. (2019)

Dois exemplos de casos presentes na mitologia grega são: *Agdistis*, que nasceu com ambos órgãos sexuais, o masculino e o feminino, porém, com a mudança de mentalidade ao passar dos séculos, pois a presença dos dois sexos seria, segundo especulação, uma reminiscência da Grande Deusa Paleolítica, ocorreu uma emasculação da entidade, deixando apenas o feminino e tornando-se Cibele (BABILONI, 2015); e Hermafrodito, filho de Hermes e Afrodite, que após negar o amor de uma ninfa, foi enlaçado pela mesma e seus corpos foram unidos, possuindo assim “dupla natureza”,

tornando-se um representante da fusão dos sexos masculino e feminino, seguindo a interpretação, feita por Raimundo Carvalho (2010), das palavras de Ovídio em *Metamorfoses em Tradução*: “[...] não são dois, mas uma forma dúplex, nem rapaz, nem mulher, e que a nenhum parece.”

Mais adiante na história, em uma descrição feita por Heródoto, historiador grego, um povo nômade vestia roupas “de mulheres”, assumiam suas vozes e executam o mesmo trabalho que elas depois de serem amaldiçoados por Afrodite à falta de potência, após saquearem seu templo no Egito. Essa doença foi chamada de “doença feminina”, vindo posteriormente a ser conhecida como a Doença dos Citas. (ROUDINESCO e PLON, 1998, p. 208)

Também existem, ainda, relatos científicos, como, por exemplo, o feito de “uma mulher” que viveu como um homem por toda a sua vida, tendo se casado com outra mulher, e, posteriormente, após ficar viúvo, casou-se pela segunda vez. O conhecimento sobre seu sexo apenas surgiu após adoecer. (Milot et al., 1988, p. 18 apud MOREIRA e MARCOS, 2019, p. 596)

Outro relato, também, foi o de Chevalier D'Eon/Madame Beaumont, alto funcionário do rei Luís XV, rei francês do século XVIII, e pertenceu ao serviço secreto francês. Charles D'Eon de Beaumont alternava entre o masculino e o feminino, confundindo a todos ao seu redor, porém sem sofrer discriminação por parte do rei e da corte francesa. (BENTO, 2008, p. 14 apud MOREIRA e MARCOS, 2019, p. 596)

Todavia, além dos casos citados acima e diversas outras ocorrências não mencionadas, ainda ocorre uma discriminação extremamente presente na vida de todas as pessoas transexuais, nas escolas, dentro de casa, no mercado de trabalho e em todos os aspectos de suas vidas em sociedade, tornando-se o maior exemplo disso, o fato que a transexualidade apenas deixou de ser considerada uma doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2018, sendo um feito muito recente, principalmente ao se comparar com a homossexualidade, que, em 1990, conseguiu esse marco.

3. O PRECONCEITO DENTRO E FORA DE CASA

O preconceito é, desde o século XV, parte da América, seja em relação a etnia, aparência e, até mesmo, identidade, como é o caso de pessoas LGBTQIA+. Essa

hostilidade para com grupos minoritários ocasiona diversas problemáticas na sociedade, como é nítida ao se ter em conta a ausência de um censo oficial no Brasil que inclua a comunidade.

Segundo sua definição,

“Preconceito é um **juízo pré-concebido**, que se manifesta numa atitude discriminatória perante pessoas, crenças, sentimentos e tendências de comportamento. É uma ideia formada antecipadamente e **que não tem fundamento crítico ou lógico**. O preconceito é resultado da **ignorância** das pessoas que se prendem às suas ideias pré-concebidas, desprezando outros pontos de vista, por exemplo. Na maioria dos casos, as atitudes preconceituosas podem ser manifestadas com raiva e hostilidade.” (Significados, 2023)

Apesar do déficit censitário brasileiro, foi incluído, a fim de aumentar a inclusão e quantidade de informações acerca da demografia brasileira, em 2019, à Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), no Quesito Orientação Sexual, as opções: “Heterossexual²”, “Homossexual³”, “Bissexual⁴”, “Não sei”, “Não quero responder” e “Outra orientação sexual”.

Segundo a pesquisa feita, 94,8% da população brasileira se identificou como heterossexual, enquanto 1,2% como homossexual, 0,7% como bissexual, 0,1% com outra orientação sexual, 1,1% não sabia responder e, por fim, 2,3% se recusou a responder. (IBGE, 2019)

Apesar da pesquisa experimental ter sido feita, ainda houveram diversas dificuldades, visto que o Brasil é, indubitavelmente, um país majoritariamente composto por pessoas preconceituosas e homofóbicas.

Um dos principais motivos pelos quais não há um censo específico para pessoas transexuais é o preconceito e a dificuldade para se abordar essa temática, de modo geral. A ativista, presidente e uma das fundadoras da Associação Brasileira de Travestis e Transexuais (ANTRA), Keila Simpson afirma há anos sobre a necessidade de perguntas sobre identidades de gênero na pesquisa do IBGE, tendo, a associação, entrado em contato com o instituto em 2016 acerca dessa necessária inclusão, porém, após

² Indivíduo atraído amorosa, física e afetivamente por pessoas do sexo/gênero oposto. (adaptado de GÊNERO, 2009 apud REIS, 2021)

³ É a pessoa que se sente atraída sexual, emocional ou afetivamente por pessoas do mesmo sexo/gênero. (adaptado de GÊNERO, 2009 apud REIS, 2021)

⁴ É a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros. (GÊNERO, 2009 apud REIS, 2021)

argumentarem que os questionários já estavam prontos e que não haviam recursos financeiros para uma nova mudança, até hoje os formulários seguem sem a devida inclusão essencial para a vida de tantas pessoas.

O IBGE havia, em 2022, por meio de uma liminar, sido obrigado a incluir perguntas sobre gênero e sexualidade, porém, em menos de um mês, a medida caiu, argumentando, novamente, um impacto financeiro importante e as possíveis necessidades, tanto de uma mudança metodológica, quanto de novas visitas, podendo inviabilizar a operação censitária. (Do Brasil, 2023)

Até então, não existe nenhum censo voltado para as pessoas transexuais no Brasil, resultando em seu apagamento cada vez mais notório, visto que existe uma ausência de informações, dados e estatísticas quanto às suas existências, índices de escolaridade, desemprego, acesso à saúde e outras informações necessárias a fim de se fazer políticas públicas voltadas para essa minoria.

4. FALTA DE ACESSO À EDUCAÇÃO

Ao se ter em conta o imaginário social em relação ao ensino superior e o mercado de trabalho atuais no Brasil, é notável a ausência de pessoas transexuais nos mesmos, porém o déficit explícito não inicia somente nos estágios mais avançados da vida das pessoas trans. Pelo contrário, a discriminação e exclusão as persegue desde o ensino fundamental.

De acordo com Guizzo & Felipe (2020), em 2015, 60,2% de estudantes LGBTQIA+, maiores de 13 anos, matriculados no ensino fundamental sentiram insegurança quanto sua orientação sexual, enquanto 42,8% quanto à sua expressão de gênero, sendo o ambiente escolar hostil ao se tratar de crianças “fora do padrão” imposto pela sociedade cisnormativa⁵. (GUIZZO; FELIPE, 2015 apud LIMA, 2020, p. 71)

Essa insegurança presente na vida de pessoas LGBTQIA+ deve-se à discriminação e exclusão sofridas, causadas por uma estigmatização geracional, não sendo, no entanto, culpa do indivíduo excluído, mas sim da organização excludente da sociedade. Jesus (2012) ressalta que essa exclusão pode ser, inclusive, estrutural, desde

⁵ Segundo DE PONTES e DA SILVA, a cisnormatividade consiste na definição prévia do gênero de uma pessoa com base em seu ‘sexo biológico’, reiterando, então as expectativas de gênero associadas aos homens e às mulheres.

o acesso dificultado ou impedimento de direitos, ao mercado de trabalho e até mesmo ao uso de banheiros, acumulando às agressões, ameaças e homicídios ocasionados em decorrência de suas expressões de gênero. (JESUS, 2012 apud LIMA, 2020, p. 74)

Em uma pesquisa realizada entre os anos de 2011 e 2015, com 138 entrevistadas, pelo projeto “Direitos e violência na experiência de travestis e transexuais na cidade de Belo Horizonte: construção de um perfil social em diálogo com a população”, concluiu-se que 91,3% das mesmas não tiveram a oportunidade de dar continuidade aos seus estudos após o Ensino Médio, Dos respondentes, 6,5% chegaram a ingressar no Ensino Superior, mas não concluíram. Apenas 2,2% possuem a educação universitária completa. (SCOTE, 2017, p. 25 apud LIMA, 2020, p. 82)

Esses dados, por menos propícios que sejam para a vivência de pessoas trans, representam a sociedade brasileira. Enquanto a expectativa de vida da população brasileira, no geral, é 74,9 anos, a expectativa para transexuais é menos que a metade desse número, sendo, em média, 35 anos, colocando o Brasil como o país que mais mata essa minoria no mundo. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020)

Devido à grande discriminação sofrida por esses indivíduos, é necessária a criação de medidas voltadas para a diminuição dessa gigantesca disparidade, sendo que surgem mais projetos a cada ano, ajudando transexuais a se encontrarem e serem progressivamente mais vistos como participantes ativos na sociedade brasileira.

Alguns exemplos de deliberações tomadas pelo estado nos últimos anos foram: a garantia do direito ao uso de nome social em ambientes públicos e privados no estado do Ceará, segundo a lei estadual nº 16.946/2019 (CEARÁ, 2019); a tentativa de inclusão de pessoas LGBTQIA+ no ambiente escolar com o Programa Escola Sem Homofobia, que foi elaborado pelo Ministério da Educação e debatido na Câmara dos Deputados (VIEIRA, 2010), que incluiria um caderno educador com informações sobre diferentes gêneros e sexualidades, cartazes para divulgação do projeto e cartas de apresentação para o corpo escolar, porém o prospecto foi vetado, em 2011, pela então presidente, Dilma Rousseff, após receber diversas críticas por parte bancada evangélica (CUNHA E LOPES, 2012 apud AMORIM; ROCHA; DINIZ, 2019); e o projeto de lei João W Nery, ou Lei de Identidade de gênero, que reivindicava a plena reconhecimento da identidade de gênero

e seu desenvolvimento, porém o mesmo também sofreu intervenção da Frente Parlamentar Evangélica. (AMORIM; ROCHA; DINIZ, 2023)

Hoje, no entanto, já tem surgido cotas no ensino superior para pessoas transexuais, sendo a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), um dos principais exemplos, tendo aprovado, em 2021, a reserva de pelo menos 5% das vagas para pessoas transexuais, sendo que deve haver, no mínimo, uma vaga para essa categoria no ingresso aos programas de pós-graduação *stricto sensu* (UFPEL, 2021).

5. A INFLUÊNCIA DA COMUNICAÇÃO NA INCLUSÃO

Sabe-se que a inclusão de pessoas transexuais na coletividade brasileira ainda é extremamente precária, seja por um lapso governamental, seja por um desconhecimento por parte da sociedade. A comunicação, de uma perspectiva geral, tem o dever de mudar esse fato. Todavia, alguns cuidados são necessários.

Em seu ensaio, publicado em 2019, Teixeira e Porém analisaram o papel da comunicação como fator de inclusão profissional e humanização de travestis em organizações. Eles notaram, que ao se tratar de representação social, mesmo quando fogem ao padrão de um homem branco heterossexual cisgênero, que ainda são buscados estereótipos dentro da comunidade LGBTQIA+, sendo esses moldes, excludentes de pessoas não-binárias⁶ e fora das normas, visto que apenas as “passáveis⁷”, são, supostamente, dignas de respeito segundo a sociedade.

A ausência de representatividade das minorias acaba por reverberar suas ausências à perspectiva do mercado e da sociedade, porém, com o desempenho comunicacional, essa invisibilidade seria minimizada, visto que a interlocução entre as empresas e a coletividade seria intermediada pela comunicação.

E é com a inclusão em pauta, que diversas empresas prezam pelas estratégias de marketing durante o mês do Orgulho LGBTQIA+, como, por exemplo, a Calvin Klein, que

⁶ Binarismo de gênero: Ideia de que só existe macho/fêmea, masculino/feminino, homem/mulher, sendo considerada limitante para as pessoas não-binárias. (CADERNO, 2017 apud REIS, 2021).

⁷ Segundo DE PONTES e DA SILVA (2017) a noção de “passabilidade” consiste no “desenvolvimento de contornos e traços corporais que, no limite, garantem a possibilidade de uma pessoa ser reconhecida como cisgênera”.

em 2020, rompeu estereótipos, fazendo, pela primeira vez, uma campanha com uma modelo trans gorda e negra à frente. (MASCARENHAS; BARBERINO; MIRANDA, 2021)

Outro exemplo muito importante foi a edição brasileira da Vogue Pride 2021, que estrelaram, nas capas, duas mulheres trans que usam a sua fama e repercussão para darem visibilidade à luta trans, sendo elas a Liniker e a Linn da Quebrada. Na capa, ambas usam Gucci e a cor rosa é destacada, sendo, segundo a cultura ocidental, uma referência à feminilidade. (FABRI, 2021)

Figura 1: Capas da edição digital Vogue Pride, Junho 2021.



Fonte: Vogue Brasil, 2021

A Vogue, porém, é apenas um dos exemplos das campanhas de orgulho. Muitas outras companhias também o fazem, entretanto, nem todas realmente aplicam o que pregam, como foi analisado por Hércio Fabri em “Fuidez de gêneros, visibilidades trans e a retórica pró-diversidade da comunicação de moda”, publicado em 2021, em que o autor cita diversas empresas que realizam o *pinkwashing*, também conhecido como *rainbow washing*.

Essa técnica, também chamada de “capitalismo arco-íris”, consiste na utilização de estratégias de marketing voltadas para alavancar instituições, indivíduos e estabelecimentos, representando uma imagem de inclusão, porém, não necessariamente, a seguem quando situações de intolerância ocorrem em seu cotidiano. O *rainbow washing* é um problema, principalmente por se tratar de uma técnica de auto

promoção e, por vezes, encobrir uma discriminação inerente às entidades responsáveis.

Algumas empresas criticadas por *pinkwashing* foram: a Disney, que apesar de lançar a coleção “Rainbow Disney 2021”, estava passando por um processo de discriminação por um de seus funcionários executivos; Nike; Amazon; McDonald’s; Adidas; e até alguns políticos do partido republicano que receberam doações, porém se opuseram à Lei da Igualdade, projeto que criminalizaria a discriminação nos Estados Unidos com base em orientação sexual ou identidade de gênero.

Portanto, é de suma importância que a comunicação passe a dar visibilidade para pessoas transexuais de forma consciente, mas a luta não deve apenas ser incentivada como estratégia de marketing e autopromoção, mas como uma necessidade para a evolução da sociedade de modo a que todas as partes possam ser livres para se expressarem de acordo com suas identidades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transexualidade sempre existiu, porém somente passou a ter visibilidade como uma identidade recentemente, em 2018, quando deixou de ser considerada uma doença por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS). E, apesar de sua presença marcante no decorrer da história, foi encoberta por séculos por meio da recusa da sociedade em acolher esses indivíduos.

Devido a ocultação dessa minoria, é muito complexa a criação de políticas públicas voltadas para a sua incorporação na sociedade como um todo, principalmente pela ausência de um censo que as inclua e ao se ter em vista o preconceito estrutural direcionado à pessoas fora do padrão, como é o caso de pessoas transexuais.

Além do déficit censitário presenciado por esse grupo, pode-se notar sua ausência, principalmente, na área da Educação, visto que a organização excludente da sociedade repercute a estigmatização geracional que as exclui do acesso à sua formação, resultando em ainda mais dificuldades para ingressar no mercado de trabalho formal. Com esse obstáculo em mente, alguns projetos foram propostos, como, por exemplo, a garantia do direito do uso de nome social (CEARÁ, 2010) e a inclusão de

cotas para pessoas trans para o ingresso em programas de pós-graduação (UFPEL, 2021).

Enfim, foi analisada a representatividade de pessoas transexuais na área da Comunicação, sendo evidente a ausência desse grupo no cotidiano, sua presença sendo, principalmente, limitada apenas ao mês de Junho, em que ocorre o Orgulho LGBTQIA+, em que empresas fazem diversas estratégias de marketing, sendo que algumas delas praticam o *rainbow washing*, consistindo em prezar, a fim de obter lucro, a inclusão, porém, no cotidiano, isso não ocorre em sua constituição.

Portanto, pode-se concluir que a Comunicação, apesar de ter evitado, nos últimos anos, romper com os padrões de ideais incorporados na sociedade brasileira, deve abrir um espaço para o diálogo e tem a responsabilidade de incluir e representar esses indivíduos marginalizados, a fim de diminuir a disparidade e o preconceito sofrido, há séculos, por essa minoria, tentando, então, incluí-los na comunidade.

7. REFERÊNCIAS

AMORIM, Ana Clara Pinheiro Silva; DA SILVA ROCHA, Thiago; DINIZ, Diana Melissa Ferreira Alves. Evasão escolar de mulheres trans e travestis: Uma análise acerca da (in) existência de Políticas Públicas Educacionais. **Série Educar-Volume 9**

Diversidade, p. 34, 2019. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA7_ID9333_15082019094634.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (orgs.). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis em transexuais brasileiras em 2019. São Paulo: Expressão Popular, Antra, IBTE, 2020. Disponível em:

<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: 13 maio 2023.

CARVALHO, Raimundo Nonato Barbosa de. **Metamorfoses em Tradução**. São Paulo, 2010. Disponível em:

<http://www.usp.br/verve/coordenadores/raimundocarvalho/rascunhos/metamorfosesovidio-raimundocarvalho.pdf>. Acesso em 24 abril 2023.

CEARÁ (Estado). Lei n.º 16.946, de 29.07.19 (D.O. 30.07.19) assegura o direito ao nome social nos serviços públicos e privados no estado do Ceará, na forma que define, **Ceará**, 30 jul. 2019. Disponível em: <https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/direitos-humanos-e-cidadania/item/6725-lei-n-16-946-de-29-07-19-d-o-30-07-19>. Acesso em: 27 maio 2023.

DE PONTES, Júlia Clara; DA SILVA, Cristiane Gonçalves. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 8, p. 396-417, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/download/23211/15536>. Acesso em: 25 jun. 2023.

DO BRASIL, Cristina Índio. Censo: cai liminar que mandava incluir perguntas de orientação sexual. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 27 de junho de 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2022-06/censo-cai-liminar-que-mandava-incluir-perguntas-de-orientacao-sexual>. Acesso em: 21 abril 2023.

FABRI, Hécio. Fuidez de gêneros, visibilidades trans e a retórica pró-diversidade da comunicação de moda. **16º Colóquio de Moda**, Brasil, ed. 16ª, 9 set. 2021. Disponível em: <http://anais.abepem.org/get/2021/FUIDEZ%20DE%20GE%CC%82NEROS,%20VISIBILIDADES%20TRANS%20E%20A%20RETO%CC%81RICA%20PRO%CC%81-DIVERSIDADE%20DA%20COMUNICAC%CC%A7A%CC%83O%20DE%20MODA.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.

REIS, Toni. **Manual de comunicação LGBTI+**. 2021. Disponível em: <http://labds.eci.ufmg.br/bitstream/123456789/92/1/01.%20Manual%20de%20cominca%C3%A7%C3%A3o%20LGBT%20%2B%20Autor%20Grupo%20Dignidade.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023

MOREIRA, Euza Aparecida da Silva; MARCOS, Cristina Moreira. Breve percurso histórico acerca da transexualidade. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 593-609, ago. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682019000200013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 abril. 2023.

O que é Preconceito. **Significados**, 2023. Disponível em: <https://www.significados.com.br/preconceito/>. Acesso em: 21 abril 2023.

MASCARENHAS, Diovanna; BARBERINO, Jacqueline; MIRANDA, Lucas. Faculdade Anísio Teixeira. **A importância da fotografia de moda para a desconstrução do estereótipo trans**, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.fat.edu.br/arquivos/publicidade/TCC%20-%20A%20IMPORTÂNCIA%20DA%20FOTOGRAFIA%20DE%20MODA%20PARA%20A%20DESCONSTRUÇÃO%20DO%20ESTEREÓTIPO%20TRANS%202021.1.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

PASSARINHO, Nathalia. Dilma Rousseff manda suspender kit anti-homofobia, diz ministro. **G1**, Brasília, p. 0-1, 25 maio 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/dilma-rousseff-manda-suspender-kit-anti-homofobia-diz-ministro.html>. Acesso em: 19 jun. 2023.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. *E-book*.

UFPEL. Conselho Universitário. Dispõe sobre a política de ações afirmativas para o ingresso e permanência de pessoas travestis e transexuais nos Programas de Pós-Graduação stricto sensu na UFPel. **RESOLUÇÃO Nº 54, DE 04 DE MAIO DE 2021**, UFPEL, 4 maio 2021. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwin8fGL0OP_AhWUL7kGHQwsAFEQFnoECBQQAQ&url=https%3A%2F%2Fwp.ufpel.edu.br%2Fppgcamb%2Ffiles%2F2021%2F05%2FResolucao_1307988_RES_54__PESSOAS_TRAVESTIS_E_TRANSEXUAIS-1.pdf&usg=AOvVaw22dXB35j2KrvbYVisipOP0&opi=89978449. Acesso em: 16 jun. 2023.

VIEIRA, Vanessa. O preconceito e a discriminação que Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) enfrentam no ambiente escolar foram debatidos no seminário “Escola sem Homofobia”. **Escola sem Homofobia**, Câmara dos Deputados, 24 nov. 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/noticias/escola-sem-homofobia>. Acesso em: 14 jun. 2023.